



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

## **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020**

#### **I – Exposição da Matéria**

De autoria do Vereador Waltinho Assis, trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que “*Concede honrarias que especifica*”.

A justificativa que acompanha o projeto apresenta biografia sucinta do homenageado, Senhor João Camilo Pires de Campos, e discorre acerca dos fatos que, segundo o Nobre Vereador, o tornam merecedor do Título Honorífico de “Cidadão Montemorensense”.

#### **II – Análise**

Primeiramente, constata-se que a matéria tratada no projeto é de competência municipal, face ao interesse local evidente, encontrando respaldo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e art. 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município.

Verifica-se, também, que a propositura atende aos princípios regimentais, pois segundo o art. 304 da Resolução nº 02/2012, a Câmara Municipal dispõe da prerrogativa para conceder, através de Decreto Legislativo e mediante a aprovação de, no mínimo, dois terços de seus membros, título de cidadão honorário ou outras honrarias a personalidades ou entidades comprovadamente dignas desse título.

Ademais, o projeto está acompanhado da justificativa, que apresenta biografia do homenageado e descrição dos trabalhos por ele prestados, conforme determina o art. 305, incisos I e II, da referida Resolução.

Entretanto, importante atentar-se ao recomendado no Parecer Jurídico, com o qual anuímos, no sentido de que, em ano eleitoral, não é vedada a concessão de títulos ou honrarias, mas existem algumas limitações quanto a isto impostas na Lei nº 9.504/1997; portanto, deve-se haver cautela de forma a não infringir o disposto na referida lei.

Quanto à técnica legislativa, a mesma atende às exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 95/1998.

#### **III – Voto do Relator**



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

Pelo exposto, e no âmbito do que nos cabe opinar, a Comissão conclui pela legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa adequada do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, opinando favoravelmente à sua regular tramitação, com atenção à ressalva acima apresentada.

Monte Mor, 02 de setembro de 2020.

**Neide Garcia Fernandes**  
**Vice-Presidente da CJR**



*Página adicionada automaticamente pelo sistema Moov Digital*

*O documento ao qual esta página pertence, deve conter os mesmos códigos de controle listados abaixo*

*Câmara Municipal de Monte Mor*

*Esta página é parte integrante do Protocolo Nº 683/2020*

*Assinado Digitalmente por NEIDE GARCIA FERNANDES CPF: 126.132.508-79 Matrícula: 118 em 08/09/2020 16:23*

*Câmara Municipal de Monte Mor, São Paulo - GABINETE NEIDE GARCIA FERNANDES - Controle: 51e47ef401839bdf39efbb9d7ee5329*